

Apresentação

Em mais uma edição, a Revista da EMERJ reitera seu compromisso de publicar artigos que contribuem para a melhor compreensão do Direito em seus diversos matizes.

Como o Direito existe em uma espécie de “comunidade imaginada”, é gratificante para nós vermos o trabalho exaustivo de pesquisadores “imaginando” mais e melhor os desdobramentos de um arcabouço dotado de complexidades e dinamismo.

O universo particular de sentidos e valores que as normas apregoam, nesta edição da Revista, são exaltados por trabalhos essenciais ao leitor atento e interessado na compreensão de uma ciência social aplicada e em movimento.

De tal modo, recomendamos a leitura frutífera das linhas que se seguem, porque não faz sentido o estudo sem palavras, como não faz sentido o mundo sem linguagem. Afinal, somente o Homem pode interpretar uma realidade tão diversa e lhe atribuir significados plurais, ora semelhantes, ora contraditórios.

Assim, teremos os seguintes textos:

No artigo *“Reconhecimento fotográfico do acusado – Art. 226 do Código de Processo Penal”*, desnuda-se a importância de se debater o reconhecimento fotográfico no direito penal e suas consequências para dentro do sistema de justiça.

O artigo *“Evolução da legislação concernente às patentes farmacêuticas no Brasil”* promove discussão profícua acerca das patentes dentro do mercado de fármacos, tema que reverbera na economia e no direito.

Em seguida, temos o trabalho intitulado *“A invisibilidade da violência patrimonial na vara de família e a perpetuação da desigualdade de gênero”*, cuja temática encontra-se demasiadamente em voga; logo, tem-se uma reflexão preciosa e necessária.

Adiante, nos deparamos com *“O dilema das redes”* – título com nome de série consagrada em plataforma de *streaming*. O artigo revela a urgência de se trazer para a pauta a temática para dentro do direito.

Ainda sob um aspecto relevante, tem-se o artigo “*Amicus curiae no processo civil – novas possibilidades*”. Nesse contexto, a participação do *amicus curiae* revela-se fundamental para fomentar o debate processual e, com isso, ensejar a prolação de pronunciamentos judiciais mais completos e fundamentados.

Tratando de uma temática clássica, temos o trabalho “*Juiz de garantias: maximização do princípio da imparcialidade?*” A imparcialidade, que sempre foi um problema para a magistratura, aqui é tratada sob a ótica do juiz de garantias.

No artigo “*A paridade de armas na recuperação judicial*”, os autores desvendam um tema importante e pouco comentado dentro da esfera do direito civil, em especial, do direito empresarial.

É sempre importante pensar nas nossas crianças e adolescentes, pois eles compreendem o futuro de qualquer nação. Por esse motivo, o trabalho denominado “*Fundamentos para uma abordagem interdisciplinar para o direito da criança e do adolescente*” enaltece a necessidade de se repensar modelos postos.

Já na reflexão compreendida como “*Controle judicial do ato administrativo à luz da teoria das capacidades institucionais*”, destaca-se o controle judicial, exercido naturalmente pelo Poder Judiciário sobre os atos editados pelos demais Poderes.

Por último, e talvez o artigo mais interessante desta edição, temos “*O combinado não sai caro: uma relação da autocomposição com o desenvolvimento político e socioeconômico*”, um trabalho de matriz interdisciplinar, que é um convite a pensar o nosso modelo político-social-econômico.

Boa leitura a todos.

JESSÉ TORRES

Editor-Chefe